



JUSTIFICAÇÃO

Como evidenciado no artigo 216-A da *Constituição Federal*, o Sistema Nacional de Cultura, aprovado por meio da emenda constitucional n. 71 de 29 de novembro de 2012, “Institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes”. Em seu inciso terceiro, foi estabelecido que uma lei federal deverá dispor sobre a regulamentação do Sistema, e também da articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo.

Passados nove anos da aprovação da PEC do Sistema Nacional de Cultura, ainda não temos a regulamentação para celebrar plenamente este modelo democratizante de política cultural. A Lei Aldir Blanc e seus desdobramentos mostraram a todos a necessidade urgente de termos implantado um sistema de gestão pública para a cultura a fim de agilizar processos para todo o Brasil e em toda a sua diversidade.

Com a regulamentação e implantação do Sistema Nacional de Cultura, ampliaremos as possibilidades do poder público federal e dos entes federados levarem apoio para o maior número de agentes e projetos culturais para além de grandes produtoras da indústria cultural. Ele também reorganiza os modelos de gestão pública da cultura em estados e cidades, possibilitando que o setor se mobilize a pensar a cultura e sua gestão e orienta para que o poder público local utilize os recursos de modo mais eficiente, com olhar social e diverso.

Dada a relevância e a urgência do tema, solicito aos nobres deputados que apoiem esta iniciativa.

Sala das Comissões, em 22 de março de 2021.

Deputada Sâmia Bomfim